



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 02/2014 PROCESSO N. 029/2014

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado do Mato Grosso – COREN/MT, torna público por intermédio de seu (s) Pregoeiro (a) (s), designado (a) (s) pela Portaria n.º 20/2014, datado em 29 de janeiro de 2014. Torna público para conhecimento dos interessados que está aberta Licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, por SRP, Sistema de Registro de Preços**, tipo **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR VALOR TOTAL DO GRUPO**, sob o regime de execução indireta, decorrente do processo n.º 029/2014, nos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto n.º 6.204/2007, do Decreto n.º 2.271/97, do Decreto-Lei n.º 200/67, Decreto n.º 3.722/01, IN/MARE n.º 2, de 30 de abril de 2008, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, Instrução Normativa n. 07 de 24 de agosto de 2012 e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, bem como, pelas condições estabelecidas neste Edital e nos anexos que o integram.

UASG: 925798

- **Recebimento das propostas no portal eletrônico:** de 07 de maio às 08:00h até o dia 16 de maio de 2014 às 17:59 horário de Brasília.
- **Abertura das propostas:** dia 19 de maio de 2014, às 09:30 horário de Brasília.
- **Início da sessão pública do pregão:** dia 19 de maio de 2014, às 09:30 horário de Brasília.
- **Local:** www.comprasnet.gov.br

1. DO OBJETO

1.1 O presente pregão tem por objeto a aquisição a contratação de empresa para a confecção de material gráfico para 2º Semana de Enfermagem do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso.

Conforme as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I**, das condições constantes da **Ata de Registro de Preço – ANEXO IV** deste edital.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - O registro de preços será formalizado por intermédio de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, na forma da minuta constante do ANEXO IV, e nas condições previstas neste Edital;

2.2 - O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à contratação futura de bens, onde as empresas disponibilizam bens e serviços a preços e prazos certos e registrados em documento específico denominado Ata de Registro de Preços. Neste Sistema, as aquisições são feitas quando melhor convier aos órgãos que integram a Ata, sem, no entanto, estarem necessariamente obrigados a contratar com os fornecedores vencedores do certame.

2.3 - Nesta licitação, será firmada uma Ata de Registro de Preços, que é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde os fornecedores manterão seus preços registrados, **durante o período de 1 (um) ano**, tornando-os disponíveis a todos os órgãos integrantes para que, caso o desejem, efetuem suas aquisições nas quantidades julgadas necessárias e nos mesmos preços registrados no certame.



3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão às empresas que:

3.1.1 Atendam as condições deste Edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou qualquer processo de cópia autenticada, pelo cartório competente ou ainda conferido com o original pelo servidor da unidade que realizará o pregão;

3.1.2 Estejam **previamente cadastradas e habilitadas** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do § 1º, art. 1º do Decreto 3.722, de 09 de janeiro de 2001, publicado no D.O.U. de 10 de janeiro de 2001;

3.1.3 O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, localizada nas Unidades da Federação.

3.1.4 O LICITANTE deverá efetuar seu credenciamento junto ao órgão provedor, observando as informações constantes do portal www.comprasnet.gov.br, devendo estar aptos a encaminhar propostas e formular lances, por meio eletrônico, até o momento de abertura da sessão pública;

3.1.5 O licitante **não** cadastrado no SICAF além dos documentos exigidos deverá apresentar balanço contábil, certidão de quitação quanto à dívida ativa da união, certidão de regularidade com a fazenda federal, estadual e municipal, INSS e FGTS. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;

3.1.6 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade integral do credenciado e a presunção de sua capacidade operacional para realizar as transações inerentes ao **PREGÃO ELETRÔNICO**.

3.1.7 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.8 O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao COREN/MT responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. CREDENCIAMENTO

4.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto n.º 5.450/05), no site www.comprasnet.gov.br.

4.2 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização do Pregão.



- 4.3 A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da Proposta de Preços **com valores unitários e totais dos itens, a partir do dia 07/05/2014 até as 17:59 horas do dia 16/05/2014**, horário de Brasília, exclusivamente por meio de sistema eletrônico.
- 4.4 O credenciamento da licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- 4.5 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão eletrônico (art. 3º, § 6º, do Decreto n.º 5.450/05).
- 4.6 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso/MT, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto n.º 5.450/05).

5. ESTARÁ IMPEDIDO DE PARTICIPAR O LICITANTE QUE

- 5.1 A Participação dos licitantes será verificada de acordo com o disposto do art. 09 da Lei nº 8.666/93 e seus parágrafos, ou seja, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:
 - I - O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
 - II - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto controlador, responsável técnico ou subcontratado;
 - III - Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 5.2 Estiver sob decretação de falência, concordata, em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação.
- 5.3 Esteja com o direito de participar de licitações e contratações com o **COREN-MT** suspenso.
- 5.4 Tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal.
- 5.5 Estiver inadimplente com o **COREN-MT**.
- 5.6 Possuir entre seus dirigentes, pessoas que sejam empregadas ou administradores das empresas integrantes do **COREN-MT** ou de uma de suas **SUBSEÇÕES**.
- 5.7 Possuir em seu Contrato Social ou Estatuto finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste **PREGÃO**.
- 5.8 Estiver organizado sob a forma de consórcio.



- 5.9 Empresários individuais ou sociedades empresárias estrangeiros;
- 5.10 Como requisito para participação neste **Pregão**, a **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.
- 5.11 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

6. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (art. 13, inciso III, do Decreto n.º 5.450/05).
- 6.2 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 7º, § único, Decreto n.º 5.450/05).
- 6.3 A proposta de preço remetida pelo sistema deverá consignar expressamente **O MENOR PREÇO POR ITEM DO OBJETO LICITADO**, estando incluídos todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos (inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, fretes e contribuições parafiscais), além de quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Licitação.
- 6.4 Proposta de Preços previstas no Edital deverá ser encaminhada em formulário eletrônico específico.
- 6.5 Como requisito para a participação no Pregão a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 6.6 **Na Proposta de Preços deverão constar as seguintes condições:**
- 6.6.1 Prazo de validade, não inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação;
- 6.6.2 **Declaração expressa de que entregará o material** de forma parcelada no **COREN-MT**, na cidade de Cuiabá - MT, **no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação pela Unidade**, de acordo com a Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento de Material;
- 6.6.3 **Preço por item**, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93, em algarismos arábicos e somente o valor total da proposta por extenso, **expresso em moeda corrente nacional (R\$)**, considerando as quantidades constantes do **Anexo I** do presente Edital;



6.6.3.1 No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como, as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na aquisição do objeto desta licitação.

6.6.4 Declaração expressa de que os materiais atendem às especificações dos órgãos de controle;

6.7 A apresentação da(s) Proposta(s) implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.8 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

6.9 O **Licitante** poderá retirar ou substituir a proposta enviada somente até o momento da abertura do certame.

6.10 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

6.11 Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa a desclassificação da proposta.

7. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 **A partir das 09:30 horas do dia 19/05/2014** e em conformidade com o epígrafe deste Edital, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico SRP n.º 02/2014**, com o cadastramento das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, conforme Edital e de acordo com o Decreto n.º 5.450/2005.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 O **Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.2 Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

9. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

9.1 Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances para o preço total do item, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.2 As **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

9.3 A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.



- 9.4 Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.
- 9.5 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 9.6 Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, a seu critério, lance cujo valor for considerado inexecutável.
- 9.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do **Pregoeiro**.
- 9.8 O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 10.1 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 10.2 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar um último lance, com desconto necessariamente superior àquele apresentado pela primeira colocada, situação em que, aceita a amostra e atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 10.3 Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da Subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na Condição prevista no *caput*, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 10.4 No caso de equivalência dos descontos apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese descrita nesta Condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento do lance final do desempate.
- 10.5 Não ocorrendo à adjudicação nos termos previstos na Condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da **licitante** detentora da proposta originalmente melhor classificada se, após a negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado, aceitação da amostra e a **licitante** for considerada habilitada.

11. DA DESCONEXÃO DO PREGOEIRO

- 11.1 Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.



- 11.2 No caso de desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do **Pregão** será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

12. DA NEGOCIAÇÃO

- 12.1 Encerrada a etapa de lances, concedido o benefício às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, o **Pregoeiro** poderá encaminhar contraposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.
- 12.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 13.1 Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o **Pregoeiro** examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.
- 13.2 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 13.3 Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 13.4 O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do COREN-MT ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 13.5 Se a proposta não for aceitável ou, ainda, se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital e seus anexos.
- 13.6 A licitante que tiver formulado a melhor oferta deverá apresentar Planilha readequada ao lance final ofertado, conforme **MODELO CONSTANTE DO ANEXO II** deste **Edital**, por intermédio do FAX n.º (65) 3623-4075, ou, se possível, pelo e-mail: pregoeiro02@coren-mt.com.br, ou pela convocação do comprasnet, **em até 120 minutos**, a contar da solicitação do Pregoeiro.
- 13.7 Como critério de aceitabilidade dos preços, será admitido como limite máximo o valor estimado pela Administração, ou seja, o preço de referência, disponível nos autos do Processo Licitatório N. 029/2014.

14. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS



- 14.1 O Pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas, decidindo sobre aceitação dos preços obtidos.
- 14.2 **O Julgamento será efetuado pelo valor menor preço por item de 01 a 06.**
- 14.3 Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das Propostas.
- 14.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 14.5 Ocorrendo a situação a que se refere este item o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

15. DA HABILITAÇÃO

- 15.1 Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada pelo cartório competente ou ainda conferida com o original pelo servidor da unidade que realizará o Pregão;
- 15.2 Regularidade Fiscal;
- 15.3 Prova de regularidade com as fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante; Certidão de Dívida Ativa com a União;
- 15.5 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão;
- 15.6 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade com o FGTS/CRF;
- 15.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;
- 15.8 A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.
- 15.9 Será assegurado ao **LICITANTE** cadastrado e habilitado parcialmente no SICAF o direito de apresentar via fax n.º (65) 3623-4075 a documentação atualizada e regularizada, caso esteja com algum documento vencido, observado o prazo estabelecido pelo Pregoeiro, devendo providenciar, junto ao referido órgão, a regularização de sua situação, em igual prazo.
- 15.10 Na hipótese de falha no SICAF ou nos sítios oficiais, que impossibilite a confirmação da habilitação mencionada no subitem 15, o Pregoeiro assinalará prazo para que a **LICITANTE** faça a apresentação da documentação necessária via fax n.º **(65) 3623-4075**;



- 15.11** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar certidão expedida pela Junta Comercial comprovando a devida situação;
- 15.12** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte apresentarão toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição, devendo no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for declarado vencedor, proceder a regularização da documentação;
- 15.13** Documentos apresentados com a validade expirada poderão eventualmente ser revalidados pelos participantes através de seus respectivos correspondentes, dentro do prazo de validade a critério do Pregoeiro, dentro do prazo especificado pela mesma, sendo esta mera liberalidade atrelada à conveniência do órgão licitante, de maneira que não sendo oportunizado, os documentos com prazo de validade expirado acarretarão a inabilitação da licitante;
- 15.14** Os documentos exigidos que não estão contemplados no SICAF, deverão ser encaminhados ao COREN-MT, devidamente autenticados em cartório competente ou conferidos com o original por servidor membro da CPL/COREN-MT no máximo de **03 (três)** dias úteis, sob pena de inabilitação para o endereço: Rua Presidente Marques, n. 59 – Bosque- CEP: 78045-175 Cuiabá/MT.
- 15.15** Será necessário o envio das declarações de inexistência de fato superveniente e de que a empresa não emprega menor, o que deverá ser feito de forma virtual, no momento da elaboração da proposta junto ao sistema comprasnet, ou seja, concomitantemente ao seu envio.
- 15.16** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital e seus anexos, a licitante será declarada vencedora.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 16.1** Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada pelo cartório competente ou ainda conferido com o original pelo servidor da unidade que realizará o Pregão.
- 16.2** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;
- 16.3** Serão inabilitadas as empresas que não atenderem aos itens 03 e 15 deste Edital.
- 16.4** A **proposta**, os **documentos** e os anexos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico **deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da solicitação do Pregoeiro, ao Setor de Licitações do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso, situado na Rua Presidente Marques, 59 Bairro: Bosque Cep: 78.045-175 Cidade: Cuiabá-MT;

17. DOS RECURSOS



- 17.1** Existindo intenção de interpor recurso a licitante deverá manifestá-la ao Pregoeiro por meio eletrônico, em formulário próprio, explicitando sucintamente suas razões, imediatamente após a divulgação do vencedor.
- 17.2** A licitante dispõe do prazo de até **03 (três) dias** para apresentação da razão de recurso, eletronicamente, que será disponibilizado a todos os participantes, tão logo sejam encaminhados ao Pregoeiro pelo Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso.
- 17.3** As demais licitantes poderão apresentar contra-razões em até 03 (três) dias, contados a partir do término do prazo do recorrente.
- 17.4** É assegurada às licitantes vista imediata dos atos do Pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contra-razões, observados os prazos legais pertinentes.
- 17.5** A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.
- 17.6** O acolhimento do recurso implica tão-somente invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 17.7** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- 17.8** O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo, salvo se este lhe conferir expressamente tal efeito, diante das circunstâncias do caso concreto, devidamente justificado.
- 17.9** O acolhimento do recurso importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 17.10** Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como, os que forem enviados por fax.
- 17.11** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Sala do Pregoeiro, situada na Rua Presidente Marques, 59 bairro Bosque – Cuiabá/MT.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 18.1** A dotação esta prevista sob os códigos:
Nº 3.1.32.10.06 – Divulgação Diversas;
Nº 3.1.20.02 – Material Gráfico e Impressos;

19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 19.1** A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.



- 19.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo Pregoeiro ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

20. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO E DO PRESIDENTE DO COREN-MT

- 20.1 Cabem ao **Pregoeiro** as atribuições dispostas no art. 11 do Decreto 5.450/2005.
- 20.2 Ao **Presidente** do COREN-MT cabe:
- 20.3 Adjudicar o objeto deste **Pregão à licitante vencedora**, se houver interposição de recurso;
- 20.4 Homologar o resultado e promover a contratação correspondente a este **Pregão**;
- 20.5 Anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado;
- 20.6 Revogar este **Pregão** se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado.
- 20.7 É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.
- 20.8 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

21 DO RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO E ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAL

- 21.1 Após homologado o resultado deste **Pregão**, a Administração do COREN-MT convocará a **licitante vencedora**, durante a validade da sua proposta, para a assinatura da ata de registro de preços, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, ou a entregará diretamente, sujeito à aceitação da **licitante**, em igual prazo, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 81 da Lei n.º 8.666/93.
- 21.2 O prazo para a retirada da nota de empenho e das Ordens de Fornecimento de Material será de 2 dias úteis e poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela **licitante vencedora** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do COREN-MT.
- 21.3 É facultado ao **Pregoeiro**, quando a convocada não retirar ou aceitar a nota de empenho e a Ordem de Fornecimento de Material, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra **licitante**, obedecida a ordem de classificação, para retirá-la ou entregá-la diretamente, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.

22 DOS ENCARGOS DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO



22.1 Caberá ao **COREN-MT**:

- 22.1.1 Permitir acesso dos empregados da **licitante vencedora** às dependências do COREN-MT para a entrega dos produtos adquiridos;
- 22.1.2 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitado pelo representante da **licitante vencedora**;
- 22.1.3 Solicitar a troca dos produtos ou reparos dos serviços, que não atenderem às especificações do objeto.
- 22.1.4 Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- 22.1.5 Providenciar, sempre que solicitada, a indicação do fornecedor detentor de preço registrado, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos definidos nesta Ata;
- 22.1.6 Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- 22.1.7 Aplicar as penalidades constantes no item 29 deste instrumento convocatório por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços.
- 22.1.8 Comunicar aos Órgãos Participantes do SRP a aplicação de penalidades ao fornecedor detentor de preços registrados.

23 DOS ENCARGOS DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

23.1 Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive das alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando do seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

23.2 Indicar o gestor de compras, quando da necessidade de utilização desse instrumento, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, compete:

a) Promover consulta prévia junto ao Órgão Gestor do Registro de Preços, quando da necessidade de aquisições, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os preços a serem praticados, encaminhando, tempestivamente, as informações sobre as aquisições efetivamente realizadas;

b) Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a aquisição a ser procedida atende aos interesses da Administração Pública, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao Órgão Gestor do Registro de Preços eventual desvantagem quanto à sua utilização;

c) Zelar pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e, em coordenação com o Órgão Gestor do Registro de Preços, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento dos compromissos assumidos;

d) Informar ao Órgão Gestor do Registro de Preços a recusa do detentor do preço registrado em realizar o fornecimento, bem como o não atendimento às condições estabelecidas no



Edital e as firmadas na Ata de Registro de Preços, além das divergências relativas à entrega e às características do objeto licitado.

- 23.3** Realizar Pesquisa de Mercado, antes de efetivar aquisições de itens com preços registrados caso decorridos mais de **180 (cento e oitenta) dias** da assinatura da Ata de Registro de Preços e desde que o item não tenha sido contemplado na última Pesquisa de Mercado realizada, visando verificar se os preços registrados estão de acordo com os praticados no mercado;
- 23.5** Comunicar ao Órgão Gestor do Registro de Preços, através de documento formal, a constatação de preço de mercado inferior ao preço registrado;
- 23.6** Para cada aquisição, abrir processo numerado e instruído contendo:
- a) certidão de consulta à Ata de Registro de Preços;
 - b) comprovante de realização da Pesquisa de Mercado, caso decorridos mais de **180 (cento e oitenta) dias** do último preço publicado para o item;
 - c) posteriormente, uma via da Nota de Empenho e cópia da Ordem de Fornecimento de Material.
- 23.7** O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, fica obrigado a:
- a) atender a todos os pedidos efetuados pelos órgãos e entidades participantes do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados na Ata, durante a sua vigência.
 - b) fornecer os bens ofertados, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelos participantes do Sistema de Registro de Preços, no prazo estabelecido na Ordem de Fornecimento de material.

24 DOS ENCARGOS DA LICITANTE VENCEDORA

- 24.1** Caberá à **licitante vencedora**, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento de Material, o cumprimento das seguintes obrigações:
- 24.1.1 Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;
 - 24.1.2 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do COREN-MT;



- 24.1.3 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do COREN-MT, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo COREN-MT;
- 24.1.4 Efetuar a troca dos produtos ou Reparo e Adequações dos objetos que não atenderem às especificações, no prazo assinado pela Administração do COREN-MT;
- 24.1.5 Comunicar à Administração do COREN-MT qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 24.1.6 Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas neste **Pregão**.
- 24.2 À licitante vencedora** caberá assumir a responsabilidade por:
- 24.2.1 Todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o COREN-MT;
- 24.2.2 Todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do objeto, ainda que acontecido em dependência do COREN-MT;
- 24.2.3 Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 24.2.4 Encargos fiscais e comerciais resultantes da Ata resultante deste **Pregão**.
- 24.3 São expressamente vedadas à licitante vencedora:**
- 24.3.1 A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do COREN-MT para execução da Ata de registro de preço decorrente deste **Pregão**;
- 24.3.2 A veiculação de publicidade acerca da Ata, salvo se houver prévia autorização da Administração do COREN-MT;
- 24.3.3 A inadimplência da **licitante vencedora**, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do COREN-MT, nem poderá onerar o objeto desta aquisição, razão pela qual a **licitante vencedora** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o COREN-MT.

25. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 25.1** A eventual aceitação de produto diverso às especificações licitadas se dará se e somente se houver retirado do mercado do referido produto por qualquer motivo ou substituição por outro de melhor qualidade, devendo qualquer custo a este título ser suportado pela empresa licitante vencedora, sendo que na ocorrência de tal fato a aceitação estará condicionada a avaliação do órgão licitante e constituirá mera liberalidade do mesmo.



- 25.2** O objeto licitado será fornecido através de uma única Ordem de serviço, que será expedida pelo órgão acompanhada das especificações constantes do termo contratual referido.
- 25.3** O prazo da entrega dos materiais dos objetos desta licitação será de acordo com o **item 7.0 do anexo I deste edital;**
- 25.4** A empresa deverá, obrigatoriamente, entregar os materiais em acordo com a Ordem de Fornecimento de Material, atendendo rigorosamente as especificações, não sendo admitida substituição de suas especificações, sob pena das sanções legais cabíveis, salvo se houver motivo de força maior que deverá ainda assim ser objeto de aditivo específica sob análise do órgão licitante.
- 25.5** A empresa licitante vencedora ficará obrigada a arcar às suas expensas, com despesas advindas de ajustes de qualquer espécie por parte do órgão licitante, necessários em decorrência do fornecimento de materiais fora das especificações.
- 23.5.1** A eventual aceitação dos produtos diversos às especificações licitadas se dará somente se houver motivo justificado decorrente de caso fortuito ou força maior, devendo qualquer custo a este título ser suportado pela empresa licitante vencedora, sendo que na ocorrência de tal fato a aceitação estará condicionada a avaliação do órgão licitante e constituirá mera liberalidade do mesmo.
- 25.6** Atender rigorosamente o item 7.0 do termo de referência deste edital.

26. DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

- 26.1** A Adjudicatária obrigará-se a prestar os serviços estritamente de acordo com as especificações constantes de sua Proposta, observadas as características mínimas exigidas no **Anexo I** deste Edital, responsabilizando-se pela substituição total ou de partes na hipótese de se constatar, quando do recebimento, estarem em desacordo com as citadas especificações.
- 26.3** Atender o objeto de acordo com as especificações do Edital e anexos;
- 26.5** Aceitar a fiscalização do objeto licitado, que deverá ser feita por um servidor, designado pela autoridade competente do COREN-MT para acompanhar os serviços prestados;
- 26.6** A licitante vencedora deverá executar a entrega dos produtos de acordo o especificado pela Ordem de Fornecimento do Material;
- 26.7** Em nenhuma hipótese poderá a contratada fornecer materiais/serviços para qualquer servidor, sem a devida autorização do COREN-MT;
- 26.8** A licitante vencedora se responsabilizará pelo fornecimento total dos materiais conforme a especificação do Anexo I deste edital.

27. DO PAGAMENTO

- 27.1** O prazo de pagamento dos serviços, contado a partir da data de aceite pelo Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso, não será superior a 05 (cinco) dias úteis, mediante a apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s), devidamente atestada(s) por servidor designado, discriminando todos os impostos, alíquotas e respectivos valores a serem recolhidos, conforme Instrução Normativa SRF Nº 480, de 15 de dezembro de 2004, alterada pela Instrução Normativa SRF n. 539, de 25 de abril de 2005 e conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.



27.2 Os pagamentos serão creditados em nome da(s) **LICITANTE(S) VENCEDORA(S)**, mediante ordem bancária em conta-corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital.

27.3 O pagamento somente poderá ser efetuado, após a comprovação da regularidade do fornecedor no SICAF ou àqueles que não forem cadastrado no sistema, o pagamento será efetuado mediante vista das certidões de regularidades fiscais apresentadas pela licitante vencedora, quando requisitadas. E ainda após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondente ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º do artigo 31 da Lei nº 9.032 de 28 de abril de 1995.

28. DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO

28.1 No interesse do COREN-MT, o valor inicial acordado na Ata de Registro de Preços poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), por item, com fundamento no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.666/1993.

28.2 A **licitante vencedora** fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário.

28.3 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

29. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

29.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do COREN-MT, pelo prazo **de até 5 (cinco) anos**, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a **licitante e a adjudicatária beneficiária da Ata de Registro de Preços** que:

29.1.1 Não retirar ou não aceitar a ordem de serviço ou fornecimento, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

29.1.2 Deixar de entregar documentação exigida neste Edital;

29.1.3 Apresentar documentação falsa;

29.1.4 Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

29.1.5 Não mantiver a proposta;

29.1.6 Falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços;

29.1.7 Comportar-se de modo inidôneo;

29.1.8 Fizer declaração falsa;

29.1.9 Cometer fraude fiscal.

29.2 A licitante estará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação quando incorrer em uma das hipóteses da condição anterior.



29.3 Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, a adjudicatária **beneficiária da Ata de Registro de Preços** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

29.3.1 Advertência.

29.3.2 Multa no valor de até 10% (dez por cento) do valor da adjudicação.

29.3.3 As penalidades só não serão aplicadas se ocorrer fatos supervenientes, justificáveis e aceito pelo Pregoeiro e submetido à aprovação da Autoridade Superior, observando-se que:

29.3.4 Somente serão aplicadas mediante procedimento administrativo, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa;

29.3.5 As penalidades, quando aplicadas, serão registradas no SICAF.

29.3.6 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

29.4 As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do COREN-MT e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; descontando-a do pagamento a ser efetuado.

30. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

30.1 A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 1 (um) ano, a partir da data de sua assinatura;

30.2- Após a adjudicação e homologação do resultado do objeto da licitação será efetuado o registro dos preços e dos fornecedores correspondentes mediante assinatura e remessa da Ata de Registro de Preços (**ANEXO IV**) pelo/os licitante/s vencedor/es de cada item, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para futura contratação;

30.2.1- Será admitida, excepcionalmente, uma única Ata de Registro de Preço para dois ou mais itens, na hipótese de virem a ser registrados os mesmos fornecedores.

30.3- Até a assinatura da Ata de Registro de Preços, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se o **COREN-MT** tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento;

30.4- A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada a qualquer tempo, independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos no art. 13, incisos I, II, III e IV, do Decreto Nr 3.931, de 19 de setembro de 2001;

30.5-A associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências e desde que não afetem a boa execução do objeto;



30.6- A Administração poderá contratar quantitativos superiores àqueles registrados na Ata de Registro de Preços, observado o previsto no § 3º do Art. 8º do Decreto Nr 3.931/01 (incluído pelo Decreto 4.342/02).

31. USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 31.1** Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado deste certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/93, no Decreto n.º 3.931/01, no Decreto Nr 4.342/02 e na IN-MARE n.º 08/98, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços;
- 31.2** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da contratação, a órgão ou entidade que não tenha participado do certame licitatório, desde que esta contratação não prejudique as obrigações anteriormente assumidas;
- 31.3** Os órgãos usuários não serão obrigados a contratar os bens registrados dos fornecedores constantes da Ata de Registro de Preços, facultando-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

32. CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

- 32.1** Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto se em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados, cabendo ao **COREN-MT** promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 32.2** Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei Nr 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.
- 32.3** Sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado, o Órgão Gestor convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço corrente, procedendo à respectiva alteração na Ata, caso haja a concordância do Detentor do Registro. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, respeitados os contratos já firmados.
- 32.4** Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, o Órgão Gestor poderá convocar os demais fornecedores classificados para, nas mesmas condições, oferecer igual oportunidade de negociação, ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.
- 32.5** O Fornecedor poderá solicitar a revisão dos preços registrados, mediante requerimento fundamentado, com apresentação de comprovantes e de planilha detalhada do custo, que demonstrem que o mesmo não pode cumprir as obrigações assumidas, em função da elevação dos custos dos bens, decorrentes de fatos supervenientes. O Órgão Gestor



providenciará a alteração na Ata de Registro de Preços, caso acate o pedido ou, se indeferido, o licitante poderá ser liberado do compromisso assumido.

- 32.6** Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se, no mínimo, a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do licitante e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 32.7** Serão considerados preços de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Administração para os bens.
- 32.8** As alterações dos preços registrados oriundas da revisão dos mesmos serão comunicadas aos Participantes e publicadas no Diário Oficial da União e na página oficial do COREN-MT.

33. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR

- 33.1** O fornecedor terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.
- 33.2** A pedido, quando:
- 33.2.1 Comprovar estar o fornecedor registrado impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior;
- 33.2.2 O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem os materiais.
- 33.3** Por iniciativa do **COREN-MT**, quando:
- 33.3.1 O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 33.3.2 O fornecedor registrado perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório;
- 33.3.3 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- 33.3.4 O fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços (ARP); e
- 33.3.5 O fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho juntamente com a ordem de fornecimento de material no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável.

34. REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 34.1** As Atas de Registro de Preços, decorrentes desta licitação, serão revogadas de pleno direito pela Administração, quando:
- 34.2** Não restarem fornecedores registrados;
- 34.3** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e não houver êxito nas negociações junto aos fornecedores; e
- 34.4** Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.



- 34.5 A comunicação do cancelamento do preço registrado, bem como da revogação da ARP, será feita por correspondência com recibo de entrega, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços;
- 34.6 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o registro na data de sua publicação; e
- 34.7 A solicitação dos fornecedores para cancelamento do registro deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no **item 20** deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

35. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 35.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico pregoeiro02@coren-mt.com.br.
- 35.2 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 35.3 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 35.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico pregoeiro02@coren-mt.com.br.
- 35.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, por meio do link Acesso livre>Pregões>Agendados, para conhecimento das licitantes interessadas e da sociedade em geral, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

36. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 36.1 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste **Pregão**.
- 36.2 As **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento da Ata de registro de Preços.
- 36.3 Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida, por conveniência exclusiva da Administração do COREN-MT.



37. DOS ANEXOS

37.1 Integram o presente **EDITAL** os seguintes **ANEXOS**:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – LAYOUT DA CANETA

ANEXO III - MODELO DA PLANILHA DE VALOR GLOBAL DO OBJETO

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

38. PROCESSO APROVADO PELA ASSJUR

38.1 Processo n. 29/2014, aprovado pelo PARECER ASSJUR COREN-MT N. 023/2014 no dia 25 de abril de 2014, PARECER CONTROLADORIA/COREN-MT N° 005/2014, datado em 29 de abril de 2014 e o aprovado o edital e seus anexos através da CI – ASSJUR- n°28/2014 de 05 de maio de 2014.

39. DO FORO

39.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Cuiabá-MT, Seção Judiciária de Mato Grosso, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Cuiabá, 06 de Maio de 2014.

Eleonor Raimundo da Silva
COREN-MT-33.191
Presidente



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1 Decreto N.º. 3.555/90 – Art. 8º, II c/c Art. 3º, *caput* e incisos I a III, da Lei Federal n.º 10.520/02, Decretos n.ºs 5.450, de 31/05/2005 e 5.504/2005 de 05/08/05, bem como, no que couber, às determinações constantes da Lei N.º 8.666, de 21/06/1993.

2.0 DO OBJETO

2.1 Contratação de empresa para a confecção de material gráfico para a 2ª semana de enfermagem do Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Mato Grosso.

3.0 DA JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO

3.1 Tendo em vista a realização da semana de enfermagem 2014 na sede e subseção, com programação de dois (02) dias em cada local.

3.2 Considerando que foi aprovado o projeto junto ao COFEN que contempla tal despesa, desta forma se faz necessária à aquisição dos materiais gráficos para a utilização na programação da 2ª semana de enfermagem do COREN/MT.

4.0 ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO E VALOR ESTIMADO

MATERIAIS					VALOR UNIT. MÉDIO	VALOR TOTAL MÉDIO
Itens	Produto	Especificação	Unid.	Quant.		
01	Certificados	Tamanho A4 (21x29,7cm), papel sulfite 230g, 4x1 cores.	Unid.	1.300	R\$	R\$
02	Banner de Identificação do Evento.	Tamanho 1,2x4m, em lona, impressão digital, 4x0 cores, acabamento em ilhós e fios para amarração.	Unid.	006	R\$	R\$
03	Cartazes	Tamanho A3 (29,7x42cm), 4x0 cores papel couchê brilho 120g.	Unid.	500	R\$	R\$



Coren^{MT}

Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso
Um Coren democrático e transparente

04	Bloco de Anotações.	Tamanho A5 (21x14,8 cm), capa 4x0 cor, capa e contracapa sulfite 120g 20x1 via sem impressão, 56g, colado.	Unid.	1.500	R\$	R\$
05	Pastas Proposta com Bolsa.	Tamanho 32x45cm, uma dobra, 4x0 cores, com bolsa, papel triplex 300g, com plastificação	Unid.	2.00	R\$	R\$
06	Crachás.	Tamanho 9,5x14,5 cm, papel sulfite 170g, 4x0 cores, com dois furos e corda para pescoço	Unid.	1.300	R\$	R\$
07	Canetas	Canetas esferográficas plásticas com clip e mola, impressas em 4 cores em silk. (Layout do objeto no Anexo II do edital)	Unid.	1.500	R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$

4.1 VALOR TOTAL ESTIMADO

4.1.1 O valor total do objeto estimado no mercado ficou em R\$ **R\$ 12.373,88** (doze mil e trezentos e setenta e três reais e oitenta e oito centavos)

5.0 DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

5.1 A dotação orçamentária será proveniente da conta nº. 3.1.32.10.06 – Divulgação Diversas.

5.2 A dotação orçamentária será proveniente da conta nº 3.1.20.02 – Materiais Gráficos e Impressos.

6.0 DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticado pelo cartório competente ou ainda conferido com o original pelo servidor da unidade que realizará o Pregão;

6.2 Regularidade Fiscal;

6.3 Prova de regularidade com as fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante;

6.4 Certidão de Dívida Ativa com a União;

6.5 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão;



6.6 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade com o FGTS;

6.7 Certidão negativa de Débito Trabalhistas;

7.0 CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO

7.1 A eventual aceitação de produto diverso às especificações licitadas se dará se e somente se houver retirado do mercado do referido produto por qualquer motivo ou substituição por outro de melhor qualidade, devendo qualquer custo a este título ser suportado pela empresa licitante vencedora, sendo que na ocorrência de tal fato a aceitação estará condicionada a avaliação do órgão licitante e constituirá mera liberalidade do mesmo.

7.2 PRAZO DE ENTREGA

7.3 O prazo de entrega do material é de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento de Material.

7.4 LOCAL DE ENTREGA

7.4.1 Rua Presidente Marques, 59 – Bosque – Cuiabá – MT – CEP 78.045-175

7.5 DO FORNECIMENTO

7.5.1 O objeto licitado será fornecido através de Ordem de fornecimento de Material, que será expedida de acordo com as necessidades do órgão, de acordo com o edital.

8.0 DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

8.1 As propostas deverão estar todas assinadas e com prazo de validade de 60 (sessenta) dias e devidamente assinadas, conforme modelo de tabela constante no edital.

9.0 ADJUDICAÇÃO

9.1 O presente pregão será adjudicado por **MENOR PREÇO**, modalidade Pregão Eletrônico do tipo SRP (Sistema de Registro de Preço).

10.0 DEVERES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 DA CONTRATADA

10.1.1 Compete à contratada executar os serviços de entrega dos materiais licitados constante neste termo de referência

10.1.2 DA CONTRATANTE

10.1.3 **Compete ao COREN MT – CONTRATANTE:** Efetuar o pagamento a **CONTRATADA** pela Prestação de Serviço, conforme estabelece a minuta do contrato.

11.0 PRAZO DE EXECUÇÃO E SANÇÕES

11.1 PRAZO DE EXECUÇÃO

11.1.1 O prazo de execução do serviço objeto desta licitação será de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento de Material junto com a mídia a ser impresso.



11.2 SANÇÕES

11.2.1 O LICITANTE que causar o retardamento do andamento do certame, não mantiver a proposta, desistir do lance ofertado, em forma diversa a prevista neste edital, intentar fraude de qualquer forma ao procedimento desta Licitação; ou o vencedor que, convocado dentro do prazo de validade da proposta, deixar de entregar documentação exigida no EDITAL, apresentar documentação falsa, não assinar o CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às seguintes penalidades:

a. Advertência.

b. Multa no valor de até 10% (dez por cento) do valor da adjudicação.

c. Suspensão do direito de licitar e contratar com o **COREN-MT** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de **até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo de multa prevista no item acima e no **CONTRATO** e das demais cominações legais;

12.2.2 As penalidades só não serão aplicadas se ocorrer fatos supervenientes, justificáveis e aceito pelo Pregoeiro e submetido à aprovação da Autoridade Superior, observando-se que:

a. Somente serão aplicadas mediante procedimento administrativo, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa;

b. As penalidades, quando aplicadas, serão registradas no SICAF.

12.0 PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO

12.1 PROCEDIMENTO DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução do contrato, caberá a **CONTRATANTE**, a fiscalização dos serviços, por intermédio de servidor(es) designado(s) para tal finalidade, nos termos do Art.67 da lei nº 8.666/93, que registrará(ão) todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

12.2 GERENCIAMENTO DO CONTRATO

12.2.1 Será firmados o Contrato com a vencedora, que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93;

12.2.2 A convocação do Licitante vencedor se dará por carta, fax, telegrama ou mensagem eletrônica;

12.2.3 O prazo para assinatura do Contrato será de no máximo 03 (três) dias úteis, contados da convocação por esta Comissão para a sua formalização;

12.2.4 Na hipótese da empresa vencedora não comparecer para assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido no item anterior, o processo retornará ao Pregoeiro, que convocará os demais **LICITANTES** e procederá ao exame das demais propostas (lances), bem como da habilitação de seus proponentes, seguindo a ordem da classificação até que uma delas atenda, integralmente, ao **EDITAL**, sendo o seu autor declarado vencedor, submetendo o processo para adjudicação e homologação pela Autoridade Superior, quando haverá convocação do Adjudicatário para cumprir as condições da contratação previstas neste Edital, e assinar o **CONTRATO**.



12.2.5 O LICITANTE que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, mantidas as mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do **CONTRATO**, atualizado financeiramente;

12.2.6 O LICITANTE vencedor deverá atualizar as certidões exigidas na habilitação, se o prazo de validade expirar durante o curso do procedimento;

12.2.7 O termo de contrato será elaborado pela CONTRATANTE, com vigência de 12 meses, a contar da assinatura da ata de registro de preço e do contrato, de acordo com as disposições contidas na Lei de Licitações, e atenderá às condições previstas neste edital e seus anexos.

12.2.8 A publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União será em conformidade com o disposto no Parágrafo Único do Art.61 da lei nº 8.666/93.

13.0 DO PRAZO

13.1. O termo de contrato será elaborado pela CONTRANTE, com **vigência a partir da assinatura da ata de registro de preço e do contrato por período de 12 meses**, a partir da data de sua assinatura, a menos que uma das partes o denuncie ou rescinda desde que o façam de forma escrita, conforme prevê o artigo 57, II, § 2º, da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse das partes.

13.2. Prazo de validade da ata de registro de preços não poderá ser superior a um ano, computadas eventuais prorrogações. O Regulamento Federal admite prorrogação da validade da ata de registro de preços por mais doze meses, em caráter excepcional, devidamente justificado e autorizado, quando a proposta vencedora continuar sendo mais vantajosa para a Administração.

14.0 DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado até o 5º dia útil, pela CONTRATANTE à CONTRATADA, a vista, *por meio de Ordem Bancária ou depósito na conta-corrente* indicada pela contratada, após Ordem de fornecimento de material, Nota de empenho, apresentação na Nota Fiscal/Fatura, respectivamente, (devidamente atestada pela Unidade responsável pelo seu recebimento/fiscalização), relativo a entrega dos serviços gráficos.

14.2 A fatura que for apresentada com erro será devolvida a empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

14.3 O pagamento das notas fiscais/faturas, após a verificação da regularidade da empresa contratada junto ao SICAF, constatando a irregularidade, a empresa será notificada a regularizar junto ao SICAF, ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato, acompanhadas de comprovação da quitação mensal das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, de acordo com o art. 71 da Lei nº 8.666/93; Este prazo poderá ser prorrogado a critério da administração.

15.0 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, com o Subsidiariamente, será aplicado os Princípios Gerais de Direito.



16.0 DO FORO

16.1 Fica eleito o foro da cidade de Cuiabá Mato Grosso, para conhecer das questões relacionadas com a Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

16.1.1 Assinam este Termo de Referência, os Signatários relacionados e qualificados e a Autoridade Competente do Órgão, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas condições previstas no edital.

Cuiabá, MT, 30de Abril de 2014.

Oterdam Anunciato da Costa
Mat. 092/2006
Aux. Administração

Felipe Augusto R. de Oliveira
Mat. 061/2006
Gerente Administrativo

Autorizo Termo de Referência

Eleonor Raimundo da Silva
Autoridade Competente do Conselho Regional de
Enfermagem de Mato Grosso



ANEXO II

Layout referente ao item 07 do termo de referência do anexo I do edital.





ANEXO IV

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP COREN-MT /MT N° 02/2014 PROCESSO N.º 29/2014 (MODELO DA PROPOSTA)

PROCESSO N°		CARIMBO DO CNPJ		
DENOMINAÇÃO/RAZÃO SOCIAL:				
ENDEREÇO:				
CEP:				
TEL:				
FAX:				
INSCRIÇÃO ESTADUAL:				
Item	Descrição do Produto	Qtde	Valor Un R\$	Valor Total R\$
01	Certificados - Tamanho A4 (21x29,7cm), papel sulfite 230g, 4x1 cores.	1.300		
02	Banner de Identificação do Evento - Tamanho 1,2x4m, em lona, impressão digital, 4x0 cores, acabamento em ilhós e fios para amarração.	006		
03	Cartazes - Tamanho A3 (29,7x42cm), 4x0 cores papel couchê brilho 120g.	500		
04	Bloco de Anotações - Tamanho A5 (21x14,8 cm), capa 4x0 cor, capa e contracapa sulfite 120g 20x1 via sem impressão, 56g, colado.	1.500		
05	Pastas Proposta com Bolsa - Tamanho 32x45cm, uma dobra, 4x0 cores, com bolsa, papel triplex 300g, com plastificação.	2000		
06	Crachás - Tamanho 9,5x14,5 cm, papel sulfite 170g, 4x0 cores, com dois furos e corda para pescoço	1.300		
07	Canetas - Canetas esferográficas plásticas com clip e mola, impressas em 4 cores em silk.	1.500		
TOTAL				

Declaramos inteira submissão às condições de fornecimento constantes no Edital de Pregão Eletrônico SRP N 002/2014

Declaramos ainda que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

DATA: ____/____/2014.



Coren^{MT}

Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso
Um Coren democrático e transparente

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: **05 dias úteis após o recebimento da nota fiscal.**

ASSINATURA E CARIMBO DO FORNECEDOR

CARGO: _____

RG N^o: _____

CPF N^o: _____

IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DA EMPRESA PARA FINS DE ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

NOME:

CARGO NA EMPRESA:.....

ESTADO CIVIL:

CPF/MF N^o:

RG N^o:

DOMICILIO:



ANEXO IV

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO por SRP nº 02/2014 (Sistema de Registro de Preços)

PROCESSO nº 029/2014

VALIDADE: 12 (doze) meses

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO COREN-MT, doravante denominado CONTRATANTE, autarquia federal, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 08.336.481/0001-86, com sede a Rua Presidente Marques, 59, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pelo seu Presidente, ELEANOR RAIMUNDO DA SILVA, brasileiro, casado, enfermeiro, devidamente inscrito nos quadros do COREN/MT sob o nº. 33.191 e do CPF nº. 102.667.981-87, residente e domiciliado em Cuiabá/MT, e de outro lado à empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____ e Inscrição Estadual sob nº _____, com sede na _____, nº ____, Bairro _____, CEP _____, município de _____/_____, neste ato representado pelo Sr. _____, portador do CPF nº. _____ e do RG _____, residente e domiciliado em Cuiabá-MT, têm entre si, justo e acordado por força deste instrumento, Institui **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)**, documento vinculativo e obrigacional às partes, decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico SRP nº 002/2014, cujo objetivo constitui-se a contratação de empresa para Aquisição de materiais de materiais Gráficos para a 2º semana de enfermagem do COREN-MT, das empresas indicadas abaixo, de acordo com a ordem de classificação das propostas, à luz da permissão sujeitando as normas preconizadas nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e Decretos nº. 5.450 de 2005 e 3.931/01, e demais alterações, e no que consta do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 002/2014, mediante as condições inseridas nas seguintes cláusulas:

Nome da Empresa	Material	Razão Social	CNPJ

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de preços para fornecimento de material gráfico para 2º semana de enfermagem do COREN-MT.

Item	Descrição do Produto	Qtde	Valor Un R\$	Valor Total R\$
01	Certificados - Tamanho A4 (21x29,7cm), papel sulfite 230g, 4x1 cores.	1.300		
02	Banner de Identificação do Evento - Tamanho 1,2x4m, em lona, impressão digital, 4x0 cores, acabamento em	006		



	ilhós e fios para amarração.			
03	Cartazes - Tamanho A3 (29,7x42cm), 4x0 cores papel couchê brilho 120g.	500		
04	Bloco de Anotações - Tamanho A5 (21x14,8 cm), capa 4x0 cor, capa e contracapa sulfite 120g 20x1 via sem impressão, 56g, colado.	1.500		
05	Pastas Proposta com Bolsa - Tamanho 32x45cm, uma dobra, 4x0 cores, com bolsa, papel triplex 300g, com plastificação.	2000		
06	Crachás - Tamanho 9,5x14,5 cm, papel sulfite 170g, 4x0 cores, com dois furos e corda para pescoço	1.300		
TOTAL				

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, **terá a vigência de 1 (um) ano, a partir da data de sua assinatura.**

Parágrafo Primeiro – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o **COREN-MT** ou qualquer órgão/entidade da Administração não participante do SRP não será obrigado a contratar os materiais referida na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de contratação em igualdade de condições. O COREN-MT poderá ainda, cancelar o registro do fornecedor, na ocorrência de alguma das hipóteses previstas no edital, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado deste certame, mediante prévia consulta ao COREN-MT (órgão gerenciador), desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei N. 8.666/93, no Decreto Nr 3.931/01, na IN-MARE Nr 08/98, relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

Parágrafo Primeiro – Os valores ofertados pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é igual ao valor especificado na última proposta negociada com a licitante vencedora, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico SRP nº. 002/2014.

Parágrafo Segundo - Em cada Ata serão observadas, quanto ao valor, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº.002/2014, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Os materiais especificados deverão ser entregues na sede do COREN-MT situado na Rua Presidente Marques, 59 – Bosque – Cuiabá-MT, para a aprovação, **contados da solicitação.**



Paragrafo Unico - Os materiais deverão ser entregues embalados adequadamente, nas quantidades especificadas, até 05 (cinco) dias após a solicitação do COREN-MT.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

Paragrafo Primeiro - Os recursos financeiros para fazer face ao pagamento das aquisições advindas desta Ata de Registro de Preços correrão à conta de dotações orçamentárias previstas no **termo de referência**, ou na conta que couber de cada Órgão, que venha a participar da Ata de Registro de Preço, posteriormente.

Paragrafo Segundo - Após confirmação dos valores efetivamente devidos pelo Órgão Participante, este efetuará o pagamento em até **05 (cinco) dias após** a entrega do objeto licitado, de acordo com as remessas, em moeda corrente nacional, mediante depósito na conta bancária indicada pela contratante, de acordo com a quantidade e o valor das Notas Fiscais Fornecidas, condicionados à apresentação de faturas específicas.

Paragrafo Terceiro - Durante a vigência da ATA o licitante detentor do preço registrado deverá manter as condições de habilitação constantes no presente termo de referência.

Paragrafo Quarto - Fica vedada a antecipação de pagamento do objeto prestado, por força do que dispõe o § 2º, Item III do Art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Quinto - Para execução do pagamento de que tratam os parágrafos anteriores, a licitante vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso, constando do, CNPJ _____, o nome do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência ou, se for o caso em nome do órgão usuário não participante do SRP.

Parágrafo Sexto - Caso a licitante vencedora seja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, na forma prevista na Lei Complementar Nr 123, de 14 de dezembro de 2006.

Parágrafo Sétimo - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, pela licitante vencedora, diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços que somente atestará o recebimento do objeto e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

Parágrafo Oitavo - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo Gestor da Ata de Registro de Preços e Órgãos não participantes. O pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras, nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o **COREN-MT** ou Órgãos não participantes do SRP.



CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Parágrafo Primeiro - O objeto licitado será entregue através de Ordem de Fornecimento de Material, que será expedida de acordo com as necessidades do órgão, de acordo com o a ata de registro de preço.

Parágrafo Segundo - Os materiais deverão ser entregues embalados adequadamente, nas quantidades especificadas, até 05 (cinco) dias após a solicitação do COREN-MT.

Parágrafo Terceiro - Os materiais entregues com eventuais defeitos de confecção, fabricação, que apresentem adulteração de qualidade ou que sofrerem eventual alteração de suas características dentro dos prazos de validade, quando for o caso, desde que não seja causada por inconveniência na estocagem, caso fortuito, negligência, ou por terceiros, deverão ser substituídos.

Parágrafo Quarto - A substituição de que trata a Parágrafo Terceiro deverá ser feita no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da notificação formal do COREN-MT.

Parágrafo Quinto - Realizar a entrega integral dos produtos adquiridos, responsabilizando-se pela correção de eventuais defeitos apresentados durante o prazo de garantia dos produtos fornecidos, sem nenhum ônus adicional o COREN-MT.

Parágrafo Sexto- O prazo de validade dos produtos será de no mínimo 12 meses a contar da data de recebimento dos mesmos.

Parágrafo Sétima - Recebimento Provisório O recebimento dos materiais se dará mediante conferência dos itens fornecidos mediante Nota Fiscal, com prazo de no máximo 5 (cinco) dias úteis para o Recebimento Definitivo;

Parágrafo Oitavo - Recebimento Definitivo se dará após a conferência pelo Setor competente dos itens fornecidos, valor unitário, valor total e as especificações técnicas solicitadas. Os produtos que não atenderem as especificações técnicas definidas no termo de referência serão devolvidos imediatamente ao fornecedor para substituição, com um prazo de 10 (dez) dias para troca.

Parágrafo Nono - A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com esta Ata, os termos do Edital e seus anexos.

Parágrafo Décimo - Todos os produtos licitados deverão obedecer às especificações constantes do Edital e seus anexos.

Parágrafo Décimo Primeiro - O fornecedor ficará obrigado a atender a todas as solicitações efetuadas durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

Competirá ao Órgão Gestor do Registro de Preços o Controle e Administração do SRP, Em Especial:

Parágrafo Primeiro - gerenciar a Ata de Registro de Preços;



Parágrafo Segundo - providenciar, sempre que solicitada, a indicação do fornecedor detentor de preço registrado, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e aos quantitativos definidos nesta Ata;

Parágrafo Terceiro - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;

Parágrafo Quarto - aplicar as seguintes penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços:

- a) advertência;
- b) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou nesta Ata;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos nos Pregões;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, respeitado o prazo máximo de 05 (dois) anos.

Parágrafo Quinto - comunicar aos Órgãos Participantes do SRP a aplicação de penalidades ao fornecedor detentor de preços registrados.

Caberá aos Órgãos Participantes:

Parágrafo Sexto - tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive das alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando do seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;

Parágrafo Sétimo - indicar o gestor de compras, quando da necessidade de utilização desse instrumento, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, compete:

- a) Promover consulta prévia junto ao Órgão Gestor do Registro de Preços, quando da necessidade de aquisições, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os preços a serem praticados, encaminhando, tempestivamente, as informações sobre as aquisições efetivamente realizadas;
- b) Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a aquisição a ser procedida atende aos interesses da Administração Pública, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao Órgão Gestor do Registro de Preços eventual desvantagem quanto à sua utilização;
- c) Zelar pelo cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e, em coordenação com o Órgão Gestor do Registro de Preços, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento dos compromissos assumidos;
- d) Informar ao Órgão Gestor do Registro de Preços a recusa do detentor do preço registrado em realizar o fornecimento, bem como o não atendimento às condições estabelecidas no Edital e as firmadas na Ata de Registro de Preços, além das divergências relativas à entrega e às características do objeto licitado.



Parágrafo Oitavo - realizar Pesquisa de Mercado, antes de efetivar aquisições de itens com preços registrados caso decorridos mais de **180 (cento e oitenta) dias** da assinatura da Ata de Registro de Preços e desde que o item não tenha sido contemplado na última Pesquisa de Mercado realizada, visando verificar se os preços registrados estão de acordo com os praticados no mercado;

Parágrafo Nono - comunicar ao Órgão Gestor do Registro de Preços, através de documento formal, a constatação de preço de mercado inferior ao preço registrado;

Parágrafo Décimo - para cada aquisição, abrir processo numerado e instruído contendo:

- a) certidão de consulta à Ata de Registro de Preços;
- b) comprovante de realização da Pesquisa de Mercado, caso decorridos mais de **180 (cento e oitenta) dias** do último preço publicado para o item;
- c) posteriormente, uma via da Nota de Empenho e cópia da Ordem de Fornecimento de Material.

Parágrafo Décimo Primeiro - Detentor do registro de preços, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, fica obrigado a:

- a) atender a todos os pedidos efetuados pelos órgãos e entidades participantes do SRP, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados na Ata, durante a sua vigência.
- b) fornecer os bens ofertados, por preço unitário registrado, nas quantidades indicadas pelos participantes do Sistema de Registro de Preços, no prazo estabelecido na Ordem de Fornecimento de material.

Caberá aos Fornecedores Beneficiários da Ata de Registro de Preços:

Parágrafo Décimo Segundo - A entrega do material aos Participantes da Ata, **no endereço indicado pelo participante**, no prazo máximo de até **5 (cinco) dias corridos, contados da solicitação nos termos do edital e demais anexos**.

Parágrafo Décimo Terceiro – Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de devolução de materiais entregues em desconformidade com a solicitação, decorrente de danos ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos. Ligadas ao cumprimento da presente Ata.

Parágrafo Décimo Quarto - Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao **COREN-MT**, ou mesmo os órgãos não participantes ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

Parágrafo Décimo Quinto - Substituir as suas expensas todos os materiais que apresentarem defeitos de fabricação ou desgastes prematuros.

Parágrafo Décimo Sexto - Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização do **Coren-MT e ou dos órgãos não participantes**.



Parágrafo Décimo Sétimo - Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

Parágrafo Décimo Oitavo - Prestar esclarecimentos ao **COREN-MT e ou aos demais** órgãos não participantes sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação.

Parágrafo Décimo Nono - Os licitantes registrados na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a fornecer quantitativos superiores àqueles registrados em função do direito de acréscimo de até 25% de que trata o § 1º do Art. 65 da Lei Nr 8.666/93.

Parágrafo Vigésimo - Conforme estabelecido no § 3º do Art. 8º do Decreto Nr 3.931/01, acrescido pelo § 3º do Art. 1º de Decreto Nr 4.342/02, que trata das aquisições adicionais, **limitados a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata**, poderá o fornecedor, optar pela aceitação ou não da contratação, desde que essa não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

Parágrafo Vigésimo Primeiro – Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da entrega dos materiais objeto desta licitação, inclusive materiais, mão-de-obra, locomoção, transporte, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciária, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes de sua execução.

Caberá ao COREN-MT e ou ao órgão não participante quando este pretenda utilizar-se da Ata:

Parágrafo Vigésimo Segundo - Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante deste Edital.

Parágrafo Vigésimo Terceiro - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao recebimento dos materiais solicitados.

Parágrafo Vigésimo Quarto – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

Parágrafo Vigésimo Quinto – Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas

Parágrafo Vigésimo Sexto - Fiscalizar e acompanhar a execução e entrega do objeto desta licitação.

Parágrafo Vigésimo Setimo - Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES

Parágrafo Primeiro - No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o Órgão Participante, as sanções administrativas aplicadas ao licitante beneficiário da Ata de registro de Preços serão:

a). Advertência;

b) Multa;



c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Segundo - O licitante beneficiário da Ata de registro de Registro de Preços poderá ser apenado com advertência nos seguintes casos:

a) descumprimento de obrigações assumidas, desde que não acarretem prejuízos para a Administração, independentemente da aplicação de multa;

b) outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao fornecimento dos bens contratados ou à Administração, a seu critério.

Parágrafo Terceiro - O atraso injustificado no prazo de execução do objeto a ele vinculado implicará multa correspondente a 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, calculada sobre o valor correspondente ao objeto não executado, até o limite de 10% (dez por cento) desse valor.

Parágrafo Quarto - Na hipótese mencionada no Parágrafo Terceiro, o atraso injustificado por período superior a 30 (trinta) dias, caracterizando o inadimplemento absoluto da obrigação, com lesão ao interesse público devidamente caracterizado, ensejará na exclusão do registro do mesmo na Ata de Registro de Preços, e a aplicação das sanções previstas nos parágrafos anteriores, sem prejuízo da cobrança de multa.

Parágrafo Quinto - A Suspensão Temporária do direito de licitar e contratar com a Administração poderá ocorrer, ainda, nas seguintes hipóteses:

a) Se o licitante, por culpa ou dolo, prejudicar ou tentar prejudicar a execução da Ata, por fatos graves;

b) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas, que tenha acarretado prejuízos para a Administração ou terceiros;

c) Execução insatisfatória do objeto, se antes já houver sido aplicada sanção de advertência;

d) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo à Administração ou a terceiros, ensejando na exclusão do registro do mesmo na Ata de Registro de Preços;

e) tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

f) apresentar à Administração qualquer documento falso ou falsificado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.



Parágrafo Sexto O licitante será declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a Administração, na ocorrência dos seguintes casos:

- a) quando constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo da Administração, atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo à Administração ou, ainda, aplicações anteriores e sucessivas de outras sanções;
- b) se tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) se praticar atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato;
- d) se demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Sétimo - Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Órgão participante.

Parágrafo Oitavo - Sempre que não houver prejuízo para o Órgão participante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

Parágrafo Nono - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, sendo facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data em que o licitante receber a intimação.

Parágrafo Décimo - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução desta Ata, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o parágrafo único do art. 14 do Decreto 5.450/05, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata e das demais cominações legais.

Parágrafo Décimo Primeiro- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas abaixo previstas e das demais cominações legais.

Parágrafo Décimo Segundo- Pela inexecução total ou parcial do previsto nesta ARP, o 9º BEC poderá, garantida a prévia defesa, nos moldes do art. 87 da lei 8666/93, aplicar ao fornecedor registrado as seguintes sanções:

- a) advertência;



b)- multa que será aplicada sobre o valor total da Ata de Registro de Preços, na época da infringência, nos seguintes percentuais:

b.1) De 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso na entrega do objeto solicitado. A multa que alude esta letra não impede que o órgão licitante rescinda unilateralmente a Ata de Registro de Preços e aplique as outras sanções previstas neste Edital.

b.2) De 10 % (dez por cento) no caso de recusa injustificada para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

b.3) De 10 % (dez por cento) no caso do licitante dar causa ao cancelamento do registro da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo Décimo Terceiro- A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da Licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a Licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor.

Parágrafo Décimo Quarto- As multas quando não descontadas nos termos da Parágrafo anterior, deverão ser colocadas à disposição do **COREN-MT** e órgãos não participantes, em suas respectivas tesourarias, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da data da ciência expressa.

Parágrafo Décimo Quinto- Decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, o Coren-MT fará a devida cobrança judicial, sem prejuízo do previsto no item abaixo.

Parágrafo Décimo Sexto - As multas poderão se aplicadas tantas quantas forem às irregularidades constatadas.

Parágrafo Décimo Sétimo- A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei Nr 8.666/93, inclusive responsabilização das beneficiárias da Ata por eventuais perdas e danos causados à Administração.

Parágrafo Décimo Oitavo- As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Ordenador de Despesas do **COREN-MT** ou órgãos não participantes, devidamente justificado.

Parágrafo Décimo Nono- As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Parágrafo Vigésimo- Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

Considerando o prazo de validade estabelecido na Clausula Segunda da presente Ata , e, em atendimento ao § 1º, art. 2º da Lei 10.192, de 14 de fevereiro de 2001 é vedado qualquer reajustamento de preços.

Parágrafo Único - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO



Os materiais objeto desta Ata de Registro de Preços serão recebidos pelo **Coren-MT /órgãos não participantes** consoante o disposto no art. 73 da Lei Nr 8.666/93.

Parágrafo Único - A cada material entregue, será emitido recibo nos termos da Lei Nr 10.520/2002 e Decreto Nr 3.555/2000, por pessoa indicada pela administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR

O fornecedor terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Primeiro - A pedido, quando:

I- Comprovar estar o fornecedor registrado impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

II- O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem os materiais.

Parágrafo Segundo- Por iniciativa do **COREN-MT**, quando:

I- O fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

II- O fornecedor registrado perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório.

III- Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas.

IV- O fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços (ARP).

V- O fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

As Atas de Registro de Preços, decorrentes desta licitação, serão revogadas de pleno direito pela Administração, quando:

a) Não restarem fornecedores registrados.

b) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e não houver êxito nas negociações junto aos fornecedores,

c) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

Parágrafo Primeiro- A comunicação do cancelamento do preço registrado, bem como da revogação da ARP, será feita por correspondência com recibo de entrega, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

Parágrafo Segundo- No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o registro na data de sua publicação.



Parágrafo Terceiro- A solicitação dos fornecedores para cancelamento do registro deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Clausula Oitava, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DA SOLICITAÇÃO

O fornecimento dos materiais, objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo Ordenador de Despesas do COREN-MT.

Parágrafo Primeiro - A emissão das ordens de solicitação, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, será de responsabilidade do Setor de Compras do Coren-MT/Órgãos não participantes, quando da solicitação dos itens.

Parágrafo Segundo – O COREN-MT deverá publicar na Imprensa Oficial o extrato da presente a Ata de Registro de Preços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Cuiabá-MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cuiabá-MT, de de 2014

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO COREN-MT

EMPRESA:

**NOME (representante)
FORNECEDOR (nome da empresa)**



ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO PARA 2º SEMANA DE ENFERMAGEM DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO N.º 02/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO – COREN-MT E A EMPRESA _____

O CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO COREN-MT, doravante denominado **CONTRATANTE**, Autarquia Federal, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 08.336.841/0001-86, com sede a Rua Presidente Marques, 59, Bairro: Bosque na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pelo seu Presidente, **ELEONOR RAIMUNDO DA SILVA**, brasileiro, casado, enfermeiro, devidamente inscrito nos quadros do COREN/MT sob o nº. 33.191 e do CPF nº. 102.667.981-87, residente e domiciliado em Cuiabá/MT, e de outro lado à empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____ e Inscrição Estadual sob nº _____, com sede na _____, nº ____, Bairro _____, CEP _____, município de Cuiabá-MT, neste ato representado pelo Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____ e do RG _____, residente e domiciliado em Cuiabá-MT, têm entre si, justo e acordado por força deste instrumento, o presente **CONTRATO**, **sujeitando as normas preconizadas nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e Decretos nº. 5.450 e 5.504 de 2005, Normativa MP/SLTI nº 07, de 24 de agosto de 2012 e demais alterações, e no que consta do Edital de Pregão Eletrônico SRP nº 002/2014 e do Processo nº. 29/2014**, mediante as condições inseridas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento de Contrato tem por objeto a aquisição de materiais gráficos e de expediente, para a 2º semana de enfermagem do Conselho Regional de Enfermagem de Mato Grosso. De acordo com o resultado final do processo licitatório nº 029/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da assinatura da ata de registro de preço e do contrato, a menos que uma das partes o denuncie ou rescinda desde que o façam de forma escrita, conforme prevê o artigo 57, II, § 2º, da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO RECURSO E FORMA DE PAGAMENTO



PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATANTE **realizará com a CONTRATADA apenas aos produtos mencionados na Cláusula Primeira acima e de acordo com as necessidades da CONTRATANTE.**

PARÁGRAFO SEGUNDO: O valor do presente contrato é de R\$
(.....).

PARÁGRAFO TERCEIRO: O pagamento será efetuado até o 5º dia útil, pela CONTRATANTE à CONTRATADA, a vista, *por meio de Ordem Bancária ou depósito na conta-corrente* indicada pela contratada, após Ordem de fornecimento de material, Nota de empenho, apresentação na Nota Fiscal/Fatura, respectivamente, (devidamente atestada pela Unidade responsável pelo seu recebimento/fiscalização), relativo a entrega dos serviços gráficos.

PARÁGRAFO QUARTO: A fatura que for apresentada com erro será devolvida a empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado no item anterior, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

PARÁGRAFO QUINTO: O pagamento das notas fiscais/faturas, após a verificação da regularidade da empresa contratada junto ao SICAF, constatando a irregularidade, a empresa será notificada a regularizar junto ao SICAF, ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, sob pena de rescisão do contrato, acompanhadas de comprovação da quitação mensal das obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias, de acordo com o art. 71 da Lei nº 8.666/93; Este prazo poderá ser prorrogado a critério da administração.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO VALOR CONTRATADO
As despesas decorrentes deste contrato correrão a contas da dotação orçamentária relacionada abaixo:

- a) Dotação n.º 3.1.32.10.06 – Divulgação Diversas;
- b) Dotação n.º 3.1.20.02 – Materiais Gráficos e Impressos.

E não poderão ultrapassar o limite previsto na dotação orçamentária.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

a) Compete a - CONTRATADA

a.1. Fornecer os materiais gráficos ora contratados constante na cláusula primeira do presente contrato e no edital de processo licitatório 029/2014.

a.2. Fornecer as passagens aéreas a CONTRATANTE, do recebimento da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento de Material junto com a mídia a ser impresso.

a.3. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



b) Compete ao COREN MT – CONTRATANTE:

b.1 Efetuar o pagamento a CONTRATADA pela execução da entrega dos produtos, conforme estabelece a cláusula quarta, § 3º do presente contrato.

b.2 O pagamento será efetuado com base no valor aprovado pela contratante, através de nota fiscal, emitida pela contratada após a execução dos serviços, com vencimento no 05 dia útil posterior a apresentação de cada Nota Fiscal, salvo quando houver menção expressa em contrário mencionando motivação específica, através de dispositivo contratual.

b.3 O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

b.4 Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

b.5 Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

b.6 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES

São responsabilidades da CONTRATADA:

a) o perfeito cumprimento do objeto deste contrato, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente da fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE**.

b) arcar com eventuais prejuízos causados a **CONTRATANTE** e ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por si, seus empregados ou prepostos, na execução dos serviços contratados.

c) cumprir e fazer cumprir, por si ou por seus prepostos, lei, regulamentos e posturas bem como, quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à execução do serviço.

CLÁUSULA OITAVA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obrigam a saldar na época devida.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será publicado na Imprensa Oficial às expensas do **CONTRATANTE**, conforme dispõe Parágrafo Único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA – DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução da entrega dos produtos e ou fornecimento de garantia especificada, caberá a **CONTRATANTE**, através de representante especialmente designado, o direito de observar o fiel cumprimento das disposições do presente contrato. Serão registradas em relatórios todas as



ocorrências e as deficiências porventura existentes na prestação dos serviços e encaminhada cópia a **CONTRATADA** para imediata correção das irregularidades apontadas. As decisões serão solicitadas à autoridade competente do **CONTRATANTE**, para a adoção de medidas convenientes.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

A **CONTRATADA** ficará sujeita as penalidades previstas no capítulo IV, das Seções I e II da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Se a contratada não mantiver a proposta e, desistir ou se convocado dentro do prazo de validade da proposta, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, não assinar o **CONTRATO**, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às seguintes penalidades:

- a. Advertência.
- b. Multa no valor de até 10% (dez por cento) do valor máximo de prestação deste contrato.
- c. Suspensão do direito de licitar e contratar com o **COREN-MT** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de **até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo de multa prevista no item acima e no **CONTRATO** e das demais cominações legais;

As penalidades só não serão aplicadas se ocorrer fatos supervenientes, justificáveis e aceito pelo Pregoeiro e submetido à aprovação da Autoridade Superior, observando-se que:

- a. Somente serão aplicadas mediante procedimento administrativo, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa;
- b. As penalidades, quando aplicadas, serão registradas no SICAF.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

A inexecução e a rescisão do presente contrato serão exigidas pelos dispositivos da seção V, Capítulo III, da Lei nº 8.666/93. Poderá este contrato ser rescindido por inadimplência de qualquer das condições aqui impostas, de iniciativa das partes, mediante comunicado escrito, firmando-se para tanto o prazo improrrogável de 30 (Trinta) dias, contados da assinatura do comunicado.

PARÁGRAFO ÚNICO: O **CONTRANTE** reserva-se direito de, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, mediante aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, denunciar o contrato para efeito de rescisão, ou sustar a execução dos serviços sem que por isso seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra de qualquer natureza, com o que concordará a **CONTRATADA**, de modo pleno, irrestrito e irrevogável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ANEXOS

Fica fazendo parte integrante do presente contrato, o edital de pregão eletrônico SRP nº 02/2014 e o processo nº.029/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Elege-se o foro desta Capital, para dirimir quaisquer conflitos decorrentes deste ajuste, renunciando, desde já, a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



E, por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme pelas partes contratantes, foi o contrato assinado, em três vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Cuiabá-MT, _____ de 2014.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO

Contratante

Contratada

Hosanan Monteiro de Arruda
OAB/MT N. 7.671
Assessor Jurídico

Testemunhas:

1. _____

2. _____